

Indicativo de greve contra proposta do Cruesp de 3% de reajuste e novas normas de avaliação e carreira docente

Diante da proposta de reposição salarial apresentada em 16/5 pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), de apenas 3%, frente a uma inflação de cerca de 10% no período; e diante da gravidade do conteúdo dos documentos, apresentados pela Reitoria às unidades, que constituem as “Normas de Avaliação Docente e Institucional” (vide p. 2), a Assembleia Geral da Adusp de 17/5 aprovou:

- indicativo de greve;
 - nova assembleia em 23/5, às 17 horas, em local a ser definido;
 - indicação de 30/5, data agendada para a próxima reunião entre Fórum das Seis e Cruesp, como Dia de Luta.
- rejeição da proposta da Reitoria de “Normas de Avaliação Docente e Institucional”. Foi designada uma comissão para elaborar documento que expresse a posição da Assembleia.

Na negociação com o Cruesp, relatada pelo *Boletim do Fórum das Seis* de 17/5, o primeiro fato a chamar a atenção dos representantes das entidades sindicais foi que o reitor M. A. Zago, da USP, não compareceu à reunião. Mandou, para representá-lo, o pró-reitor de Graduação, Antônio Carlos Hernandes.

O reitor da Unicamp e atual presidente do Cruesp, José Tadeu Jorge, discorreu sobre a crise econômica e a contínua queda de recursos para as universidades nos últimos três anos. Diante de tal quadro, concluiu Tadeu, seria possível às universidades oferecer um reajuste de 3%, mesmo assim mediante “máximo esforço”.

Falando em seguida, o reitor Julio Cezar Durigan informou que, no caso da Unesp, o reajuste de 3% ainda precisaria ser discutido e aprovado pelo Conselho Universitário, que tinha reunião extraordinária prevista para 17/5. E o pró-reitor Hernandes comunicou



Daniel Garcia

Assembleia da Adusp de 17/5, no auditório Jacy Monteiro (IME)

que o mesmo procedimento seria adotado na USP.

Os representantes do Fórum das Seis reagiram imediatamente. Consideraram irrisório o índice de 3%, quando comparado à inflação da ordem de 10%. Denunciaram a clara intenção dos reitores de sustentar o custeio das universidades estaduais por meio do arrocho salarial de docentes e funcionários técnico-administrativos, combinado a uma política de desmonte que inclui demissões incentivadas (na USP, pela via do PIDV), congelamento de contratações, fechamento de setores, suspensão das carreiras, ameaças de cortes de direitos etc.

O *Boletim do Fórum das Seis* registrou ainda o caráter deletério da “novidade”, criada por M.A. Zago em 2014 e agora ressuscitada com a ajuda da Unesp, de remeter a responsabilidade pela política salarial aos conselhos universitários, iniciativa descabida e que revela uma tentativa de esvaziar a negociação no âmbito do Cruesp.

Inépcia. A propósito da justificativa dos reitores para o esquilado índice de 3%, a coordenação do Fórum das Seis assinalou que USP, Unesp e Unicamp chegaram a este patamar de crise de financiamento, em grande medida, pe-

la inépcia do Cruesp em combater os truques contábeis do governo estadual, que subtraem recursos do ICMS que por lei pertencem às universidades, e exigir aumento do percentual de repasse.

Nos últimos tempos tornou-se público e notório que o repasse às universidades — que, como advertiu o Fórum das Seis e reconheceu tardiamente o Cruesp, já era insuficiente frente à acentuada expansão de *campi*, cursos e vagas — sofreria redução com a queda da arrecadação do ICMS.

Solicitou-se ao Cruesp, ao final, o agendamento de nova reunião de negociação para a semana seguinte. O reitor Tadeu Jorge informou que não havia agenda possível na próxima semana, mas propôs nova reunião em 30/5, às 15h, o que foi acordado.

Comunicado. O Comunicado Cruesp 1/2016, de 16/5, após afirmar que “estamos diante da pior crise econômica da história da autonomia universitária”, declara que o órgão, “em um esforço para atenuar as perdas salariais ao longo dos últimos 12 meses”, decidiu reajustar os salários de docentes e funcionários em 3% a partir de maio. “Consciente de que o índice proposto não repõe as perdas salariais, o Conselho de Reitores en-

vidará todos os esforços institucionais possíveis de recuperação salarial tão logo as condições econômicas permitam”.

Ao mesmo tempo, o documento assinado por Tadeu Jorge sinaliza um alto grau de dubiedade: “No que diz respeito à Unesp, as disposições deste comunicado serão implantadas em período a ser definido oportunamente, respeitando-se suas disponibilidades orçamentárias e financeiras, e após decisão de seu Conselho Universitário. Quanto à USP, a aplicação das disposições deste comunicado dependerá de decisão de seu Conselho Universitário”.

O Fórum das Seis realizou um expressivo ato público para marcar a reunião de 16/5 com o Cruesp. Animada por música e tambores, uma passeata saiu do vão livre do MASP, na avenida Paulista, e desceu a rua Itapeva, rumo à sede do Cruesp, para acompanhar a segunda negociação com os reitores. Participaram docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes das três universidades e do Centro Paula Souza, vindos de todas as regiões do Estado. Estudantes secundaristas e representantes de entidades, como a Apeoesp, manifestaram-se em apoio ao Fórum das Seis.

Reitor insiste em silenciar congregações, para impor controle do corpo docente

O reitor M.A. Zago está mesmo decidido a intimidar as congregações. Na mensagem distribuída às diretorias de unidades pelo Gabinete da Reitoria, em 3/5, com a finalidade de encaminhar “as propostas iniciais de diplomas normativos relativos à avaliação institucional e docente na Universidade”, elaboradas pela supercomissão encarregada da reforma do Estatuto, repetiu-se o aviso ouvido na última reunião do Conselho Universitário (Co): “nada de votar coisas”.

Diz o chefe de gabinete, Thiago Liporaci, na mensagem enviada aos diretores: “Com vistas ao aprimoramento das propostas, aguarda-se que as Unidades e órgãos encaminhem sugestões de alterações e/ou correções por intermédio do endereço eletrônico novacpa@usp.br, até o dia 23 de maio. Deve-se destacar que, por tratar-se de matérias cuja competência para aprovação é do Conselho Universitário, descabe a submissão das propostas a prévia votação em colegiados das Unidades e órgãos”.

Assim, a Reitoria, por um lado, concede meros *vinte dias* às unidades para que se manifestem a respeito de uma série de mudanças draconianas na avaliação do corpo docente, com profundos reflexos sobre a carreira. Por outro lado, procura delimitar o escopo das manifestações, reduzindo-as a simples “sugestões de alterações e/ou correções”, dando assim o projeto de reforma por previamente aprovado, pois “descabe a submissão das propostas a prévia votação em colegiados das Unidades e órgãos”, a pretexto de que a competência para aprovar a matéria é do Co.

A Assembleia Geral da Adusp de 5/5 manifestou “grande apreensão” diante dos documentos divulgados pela Administração em 3/5. “Ressalte-se que tal apreensão se deve tanto ao conteúdo das medidas ali previstas como à forma como se pretende que conteúdo e forma sejam considerados, além do prazo extremamente exiguo para análise nas unidades”. O Co deverá votar as propostas na sua reunião de junho.

Opiniões. O Informativo Adusp consultou alguns diretores a respeito das admoestações da Reito-

ria e do prazo concedido. “O que cabe ou não às Congregações decidir é definido pelo Estatuto e Regimento da USP. A decisão sobre a avaliação institucional e docente é prerrogativa do Co, não das Congregações. Isso, certamente, não impede de as Congregações se manifestarem sobre o tema, se assim acharem conveniente”, declarou em resposta o professor Lauro Sodré, diretor do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG).

“Em princípio considero o prazo razoável. Distribuí o material aos docentes pedindo opiniões e deixei em aberto a possibilidade de realizar uma reunião presencial com os docentes se eles assim o desejarem. Pessoalmente considero tanto a unificação das avaliações institucional e docente quanto a implementação de uma avaliação permanente para os docentes um grande avanço”, disse o diretor do IAG. “O que está em discussão agora são mais os princípios gerais e a forma como se darão essas avaliações. Os detalhes, que é onde o bicho pode pegar, ficarão para uma outra fase”.

“Os documentos enviados pelo Gabinete do Reitor foram prontamente encaminhados aos Departamentos e serão discutidos na reunião da Congregação a ser realizada em 20/5/2016”, limitou-se a declarar o professor Gilberto Xavier, diretor do Instituto de Biociências.

“De fato, não faz sentido submeter a proposta a votação nas congregações, que não têm competência regimental para deliberar sobre o assunto. Cabe, entretanto, às congregações deliberarem, em nome das unidades, sobre sugestões de alterações e críticas à proposta”, ponderam os professores Clodoaldo Ragazzo, diretor do Instituto de Matemática e Estatística, e Severino Toscano, vice-diretor. “O prazo de 20 dias é razoável, desde que se entenda que a discussão não se encerra aí e que ainda haverá um retorno para novas manifestações”.

Enquadramento. De acordo com a AG de 5/5, qualquer leitura preliminar desses documentos “já permite constatar que ferem a autonomia do trabalho acadêmico e a perspectiva de funcionamento democrático da instituição”. Mais ainda, “os documentos não são

acompanhados de nenhum tipo de diagnóstico que explicita qual o conjunto de problemas que se pretende resolver, prevalecendo um teor de enquadramento e disciplinamento do trabalho docente com vistas à consolidação de uma USP operacional, cada vez mais hierarquizada e ensimesmada”, “pois sequer prevê a manifestação prévia e autônoma de seus diversos órgãos colegiados”.

A AG de 5/5 destacou ainda “a primariedade e o desrespeito da Administração ao propor tais medidas, demandando que congregações de unidades sejam — uma vez mais — subservientes e não interfiram nesse funcionamento centralizador”. Conclamou tais colegiados e dirigentes de unidades a analisar criticamente tais documentos e colocar-se “frontalmente contra a maneira como esse processo tem sido conduzido”, de modo que a USP “possa enfim recuperar sua dignidade acadêmica”.

A finalidade imediata do projeto de reforma é centralizar ao máximo o processo de avaliação. Isso envolve a reestruturação da Comissão Permanente de Avaliação, agora denominada “Nova CPA”; a criação do “Estatuto do Docente”, que consolida o estágio probatório de seis anos (inconstitucionalidade criada pela Resolução 3.533/89); e a aplicação de medidas disciplinares idealizadas pelo extinto Grupo de Trabalho Atividade Docente (GT-AD), com base na reavaliação quinzenal de todo o corpo docente — que deixaria de ser competência das unidades, como prevê o atual Estatuto da USP, passando à alçada da Nova CPA — e na aplicação de punições a unidades, departamentos e docentes mal avaliados.

De acordo com o novo artigo 43-A do Estatuto da USP, proposto pela Reitoria, a “Comissão Permanente de Avaliação tem competência para coordenar e organizar os processos de avaliação docente e institucional na Universidade, com base em diretrizes propostas ao Conselho Universitário”.

“Órgão central”. A Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) seria extinta, ao passo que se pretende conferir à Nova CPA um status especial: ela se tornaria um dos “órgãos centrais” da universidade, lado a lado com o Co, os quatro conselhos centrais (de Gra-

duação, Pós-Graduação, Pesquisa e Cultura e Extensão), a Reitoria, Pró-Reitorias e Conselho Consultivo.

O Regimento Interno da Nova CPA dispõe que “Os processos de avaliação serão organizados em ciclos, com duração de 5 (cinco) anos” (artigo 16) e que “No início de cada ciclo, será definido calendário de distribuição das avaliações de docentes, Departamentos, Unidades, Museus e Institutos Especializados ao longo do período de duração do ciclo” (artigo 17). O documento é confuso: mistura normas destinadas à avaliação de “entes” institucionais com aquelas que se aplicariam aos docentes individualmente.

“A avaliação institucional será orientada por instrumentos de avaliação, aprovados [...] para cada modalidade, definindo os quesitos de avaliação naquele ciclo avaliativo”, define o artigo 18 do Regimento, enquanto o artigo 19 estipula que “O instrumento de avaliação indicará os quesitos gerais e os quesitos complementares de avaliação”; que dentre os quesitos gerais, “sempre que possível, figurarão informações quantitativas passíveis de obtenção por consulta aos sistemas informatizados da Universidade” (parágrafo primeiro) e que “Os indicadores quantitativos devem ser considerados como ser [sic] instrumentos informativos para de [sic] avaliação da qualidade” (parágrafo segundo).

Na curta Seção II do Regimento, intitulada “Efeitos da Avaliação”, o artigo 25 dispõe que os “efeitos da avaliação serão definidos pela CPA, segundo parâmetros estabelecidos a cada ciclo avaliativo”, e que “resultados satisfatórios da avaliação poderão importar na ampliação da autonomia do ente avaliado em relação às instâncias centrais de avaliação da Universidade”, ao passo que “resultados insatisfatórios da avaliação importarão em restrição da autonomia do ente avaliado em relação tanto às instâncias centrais como locais de avaliação”.

O artigo 26 estabelece que na hipótese de avaliação insatisfatória, “considerando o desacordo entre o desempenho verificado e os quesitos previstos no instrumento de avaliação, será estabelecido protocolo de compromisso, para a melhoria do desempenho”.

continua na p.3 ➡

Andes-SN elege nova direção

Seis unidades — EP, FMVZ, FORP, IFSC, IO, IME — votaram novos integrantes do Conselho de Representantes da Adusp

Nos dias 10 e 11/5 transcorreram, simultaneamente, as eleições da diretoria do Andes-Sindicato Nacional e de membros do Conselho de Representantes da Adusp (CR). A eleição do Andes-SN contou com chapa única, “Unidade na Luta”, que recebeu, nacionalmente, 8.891 votos ou 90,66% dos votos (confira a votação detalhada no quadro).

Nas urnas da USP, a chapa “Unidade na Luta” obteve 207 votos; 33 eleitores votaram em branco; quatro anularam o voto. Do total de

244 docentes, dez exerceram o direito de votar em trânsito.

Nas eleições para o CR da Adusp, foram eleitos os seguintes representantes de unidades, titulares e suplentes, respectivamente: Escola Politécnica: Hernani Brinati e Flávio Fiorelli; Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia: Cláudia Momo e Cláudio Alvarenga; Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto: Plauto Watanabe e Suzie Aparecida de Lacerda; Instituto de Física de São Carlos: Pedro Donozo e Es-

Eleição do Andes-SN

Total de votantes	9807	13,92% *
Chapa 1	8891	90,66% **
Em branco	623	6,35% **
Nulos	293	2,99% **

* Percentual calculado em relação a 70.473 eleitores

** Percentuais calculados em relação aos 9.807 votantes

merindo de Souza Bernardes; Instituto Oceanográfico: Sueli Godoi e Alexander Turra; Institu-

to de Matemática e Estatística: Ivan Struchiner e Alexandre Limberpoulos.

Adiado para 2017 desfecho de ação judicial de Cerri contra jornalistas

O julgamento previsto para ocorrer em 2/5 na 1ª Vara Criminal de São Paulo, relacionado a uma reportagem publicada pela *Revista Adusp* em 2013, foi remarcado para 2/2/2017 pela juíza Aparecida Angélica Correia. Isso porque duas das cinco testemunhas dos réus não chegaram a ser intimadas pelos oficiais de justiça, uma outra não foi encontrada, e o autor da ação resolveu apresentar uma nova testemunha: o ex-reitor Flávio Fava de Moraes, atual diretor-geral da Fundação Faculdade de Medicina.

A ação criminal foi ajuizada pelo professor Guido Cerri (FM-USP), ex-secretário estadual da Saúde, contra os jornalistas Pedro Pomar, Tatiana Merlino e Débora Prado.

Congelamento de contratações afeta cursos de Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia

A atual política da Reitoria de contratação de professores — com o congelamento de contratações por concurso público e autorização apenas para contratações temporárias — tem atingido diferentes unidades da USP, como noticiado no *Informativo Adusp* 416. Na Faculdade de Medicina (FM), os cursos de Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia são os mais gravemente atingidos por esta política e vivem uma situação preocupante.

“Cada um desses cursos contava, até 2015, com 15 docentes no desenvolvimento de atividades de pesquisa, extensão e ensino — de graduação, pós-graduação e residência multipro-

fissional. É importante ressaltar que o número de professores previsto para cada uma das áreas, quando da constituição de seu corpo docente, era de 32. Desde o ano passado houve a aposentadoria de dois professores do curso de Fonoaudiologia e de outros dois do curso de Terapia Ocupacional. Há ainda a previsão de que mais dois professores se aposentem até o final deste ano”, informa a professora Raquel Casarotto, chefe do Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da FM.

A proposta da Reitoria é de que as seis vagas em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) sejam pre-

enchidas por docentes de 12 horas em contrato temporário. A substituição assim realizada não garantirá nem mesmo que as disciplinas de graduação que eram ministradas por professores aposentados sejam oferecidas — já que esses professores eram responsáveis por mais que 12 horas em disciplinas na graduação.

O que dizer das atividades de ensino de pós-graduação, pesquisa e extensão que eram desenvolvidas? Some-se a isso a dificuldade de que profissionais com formação adequada se interessem por essas vagas, dado o caráter temporário da contratação e o aviltante salário oferecido.

continuação da página 2

Penalidades. O artigo 27 determina, no seu parágrafo segundo: “Na hipótese de docente [sic], a celebração de protocolo de compromisso suspende a concessão de licença prêmio até a realização da avaliação que ateste o cumprimento das exigências contidas no protocolo”. O artigo 29, por sua vez, reza: “Na hipótese de docente [sic], o descumprimento do protocolo de compromisso enseja a instauração de processo administrativo para aplicação das penalidades correspondentes”.

Desse modo, o projeto reitoral

ganha feições que agravam a natureza intimidatória, policalesca e persecutória do sistema de avaliação vigente hoje na USP. Prova disso é a ameaça de suspensão da licença prêmio, de duvidoso fundamento legal.

Ao analisar a versão inicial do projeto, apresentada pela superintendente jurídica, Maria Paula Dallari Bucci, o Conselho do Departamento de Matemática do IME criticou seu teor perverso: “Para promover o aperfeiçoamento das atividades exercidas na universidade, os processos avaliativos, quan-

do necessários, devem promover o trabalho colaborativo e fornecer estímulo à sua realização, sendo absolutamente inadequada, além de nada acadêmica, a opção por uma avaliação de caráter punitivo”.

O texto do Departamento de Matemática, datado de 14/4, referindo-se a um dos colegiados previstos na Nova CPA, a Câmara de Avaliação Docente (CAD), criticou a centralização extrema que ela representaria: “Em particular, é descabido considerar minimamente razoável uma avaliação centralizada em uma comissão de apenas nove membros,

com a incumbência de avaliar centenas de relatórios anuais de docentes com a diversidade de áreas de interesse e de perfis acadêmicos: se a CERT, incumbida de um volume muito menor de processos, já não procede de modo academicamente sustentável, não há como supor que a nova CPA o fará”.

Por estas razões, a AG de 5/5 encerra assim sua moção contrária ao projeto da gestão M.A. Zago-V. Agopyan: “Nem carreira, nem avaliação — mas sim controle centralizado, provocando a instabilidade de todos...”

Greve na UERJ contra arrocho e sucateamento

Mergulhado numa crise fiscal que afeta a prestação de serviços básicos nas áreas de saúde e educação, o Rio de Janeiro vê suas três universidades públicas estaduais em greve: a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (UEZO) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

O caso da UERJ é muito grave. Essa universidade é a maior delas, com 1.960 docentes, mais de 4.500 funcionários e mais de 28 mil estudantes (graduação e pós-graduação). Presente em oito municípios, tem orçamento anual de R\$ 1,188 bilhão. Docentes, funcionários técnicos-administrativos e estudantes estão parados desde o início de março contra o sucateamento realizado pelo governador Luís Fernando de Souza, o Pezão (PMDB), e o vice que o substituiu, Francisco Dornelles (PP).

Os principais pontos de pauta das reivindicações dos docentes são a luta contra os ataques à Dedicção Exclusiva (DE) — reivindica-se a inclusão do DE no salário-base dos docentes e a extinção da atual forma de remuneração deste regime de trabalho (que se dá por adicional); melhores condições de ensino; e o reajuste salarial de 30%, em caráter emergencial.

Os funcionários da UERJ reivindicam melhoria nas condições de trabalho, fim da terceirização, arquivamento de processos abertos contra sindicalistas e estudantes. Já os estudantes exigem reversão nos cortes de bolsas e da permanência, bem como a reabertura do Restaurante Universitário, fechado desde o início do ano e sem previsão de reabertura, já que a empresa contratada para prestar o serviço não renovou o contrato com a universidade.

HUPE ameaçado. Os funcionários terceirizados, por sua vez, estão há quatro meses sem receber salário e tiveram vale-transporte e vale-alimentação cortados desde 2/5. A categoria aderiu à greve, mas alguns trabalhadores terceirizados, por medo de perder o emprego, continuam trabalhando. Mesmo assim, banheiros estão sem condições de uso e sacos de lixo estão espalhados pelos corredores e estacionamentos da universidade.

O Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) está ameaçado

de fechamento. Embora disponha de 525 leitos e mais de 60 especialidades, o hospital funciona atualmente com apenas 200 leitos. Equipamentos recém-comprados para tratamento e internação de pacientes estão sem uso e, por falta de médicos e enfermeiros, algumas alas não estão sendo utilizadas. O centro cirúrgico está trabalhando com 60% da capacidade.

O Fórum da Seis, composto pelas entidades sindicais e estudantis da USP, Unicamp, Unesp e

Centro Paula Souza, lançou nota em solidariedade à greve da UERJ. O Fórum manifestou “preocupação com a profunda crise a que está sendo submetida a UERJ”, bem como diz ser “igualmente incompreensível e inaceitável que o Governo do Estado, ao mesmo tempo em que se propõe a ser um dos patrocinadores de eventos internacionais do porte da Copa do Mundo e das Olimpíadas, patrocina um ataque que supera precedentes à UERJ, instituição educacional reconhecida

importante para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão no Estado e no país”.

O professor César Minto, presidente da Adusp, participou de debate sobre “Autonomia e Financiamento da Universidade” em 9/5, a convite da Associação de Docentes da UERJ (Asduerj). Na ocasião, observou *in loco* a situação dramática vivida pela instituição e tomou conhecimento dos problemas, igualmente graves, vividos pela UEZO e pela UENF.

Após ocupação do Ceeteps e Alesp por estudantes, deputados tucanos propõem CPI para merenda

Deputados da base do governo Alckmin (PSDB) na Assembleia Legislativa (Alesp) protocolaram ofício de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar esquema de fraudes na compra de produtos agrícolas destinados à merenda escolar.

A Operação Alba Branca, conduzida pela Polícia Civil e Ministério Público Estadual, identificou superfaturamento e pagamento de propinas na venda de alimentos fornecidos pela Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar (Coaf) ao governo estadual e a prefeituras do interior.

O escândalo da merenda envolve quadros do PSDB como o deputado Fernando Capez, presidente da Alesp, e Herman Vorwald, secretário estadual de Educação até dezembro de 2015 e ex-reitor da Unesp. O pedido de criação da CPI é uma resposta à ocupação do plenário Juscelino Kubitschek, da Alesp, em 3/5, por cerca de 70 estudantes que exigiam a abertura da comissão.

Durante a ocupação, uma reunião de negociação foi realizada entre os estudantes e Capez, que impediu que eles recebessem refeições, permitindo apenas acesso a bebedouros e banheiros. A reunião terminou sem acordo e em 5/5 o Tribunal de Justiça (TJ-SP) ordenou a desocupação do plenário, num prazo de 24 horas, sob pena de multa de R\$ 30 mil para cada estudante identificado. Os estudantes deixaram a ocupa-

ção em 6/5, uma hora antes de terminar o prazo determinado pela Justiça.

Máfia. Outra ocupação, anterior, concorreu para que fosse instaurada a CPI: a da sede do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps), pelos estudantes das escolas técnicas estaduais (ETECs), em protesto contra a máfia da merenda escolar, a falta de alimentos nas ETECs e os cortes nos repasses para a educação.

A ocupação do Ceeteps ocorreu em 28/4, após a realização de uma assembleia que deliberou entregar as reivindicações à superintendente do Ceeteps, Laura Laganá. A solicitação não foi atendida e os manifestantes decidiram pela ocupação do prédio. A Polícia Militar (PM) interveio, reprimindo os estudantes, mas não conseguiu impedir a ocupação.

Na manhã de 2/5, a Tropa de Choque da PM invadiu o Ceeteps, após determinação de reintegração de posse emitida pelo juiz Fernão Borba Franco, sem que os estudantes tivessem sido intimados por oficial de justiça. O tenente-coronel Francisco Cangerana, da PM, disse que a entrada dos policiais não estava relacionada ao cumprimento da decisão de reintegração de posse e destinava-se a “garantir a entrada dos funcionários no local”.

Explicações. Ao tomar conhecimento da invasão, o juiz Luis Manuel Pires, da Central de

Mandados, determinou a saída da PM e cobrou explicações da Secretaria de Segurança Pública (SSP). A Tropa de Choque teve de retirar-se do prédio do Ceeteps, sob palavras de ordem dos estudantes.

Uma audiência de conciliação foi conduzida pelo juiz Luis Manuel Pires em 4/5, com a participação de estudantes, representantes do governo estadual, Defensoria Pública e Ministério Público Estadual. A audiência terminou sem acordo e uma nova ordem de reintegração de posse foi marcada para 5/5. Contudo, o juiz condicionou a reintegração à presença de um oficial de justiça e de um representante do Conselho Tutelar, proibiu o uso de armas letais e não letais pela PM e exigiu a presença, no local, do secretário da Segurança Pública, que não compareceu até o horário limite estabelecido pela Defensoria Pública de São Paulo.

Isso causou o adiamento da reintegração, que ocorreu em 6/5, depois que o TJ-SP derrubou a proibição do uso de armas e autorizou a reintegração mediante a presença de um comandante da PM (e não mais de Alexandre Moraes). Os estudantes foram retirados à força e alguns deles arrastados para fora do prédio do Ceeteps pela Tropa de Choque. Cerca de 100 policiais armados com metralhadoras e *sprays* de pimenta participaram da ação. Não houve prisões.